

Ao quarto dia do mês de agosto de 2021 ocorreu de forma online a II reunião extraordinária do Conselho Consultivo (CC) do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA). A reunião estava marcada para as 14h00min e, após um período de tolerância conforme o Regimento Interno, teve início às 14h15min. Priscila Saviolo (gestora PEIA) se apresenta, solicita que todas as pessoas presentes coloquem no chat seus nomes e as instituições que representam para fins da lista de presença e apresenta a pauta: status atual do projeto de permissão de uso do PEIA e informes sobre o projeto de criação da nova unidade de conservação (UC) marinha no entorno do PEIA e sobre a solicitação de projeto de reflorestamento no PEIA pela empresa Plantverd. Diego Hernandez (Diretoria do Litoral Norte – Fundação Florestal) destaca o processo construtivo, as premissas de participação e ampla divulgação e a evolução do projeto de permissão de uso do PEIA. Priscila Saviolo (gestora PEIA) apresenta a linha do tempo do projeto de permissão de uso do PEIA: aprovação de projeto na Câmara de Compensação Ambiental com obtenção de cerca de R\$ 14 milhões, investidos em estruturas, saneamento, abastecimento, energia, trilhas, equipamentos, mobiliário, área de banho, sinalização e educação ambiental (2018), início da elaboração do projeto, primeira reunião com o CC-PEIA e reunião com operadores de mergulho sobre essa atividade no entorno do PEIA (2020), e detalha 2021: reunião com setores de alimentação e hospedagem (janeiro), reunião com CC-PEIA e com monitores autônomos e visita às estruturas com o CC-PEIA (fevereiro), chamamento para escuta de mercado (março), republicação desse chamamento devido à fase emergencial da COVID-19 e escutas de mercado (abril), novo chamamento para escuta de mercado, reunião com ANUBA, com CC-PEIA e mais escutas de mercado (maio), apresentação do projeto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e início da preparação do edital (junho), atualização do status do projeto ao CC-PEIA (julho), reunião do CC-PEIA (agosto), e previsão de consulta pública (agosto a setembro), seguida por análise das colocações que foram feitas para avançar nos trâmites institucionais (setembro) e previsão de publicação do edital (outubro); a seguir cita quem participou das escutas de mercado: Ubatuba Açai, Dráusio Lopes, Jundu, Balaio Caiçara, Refugio do Corsário, Tamoios Inteligência Geográfica, Quintal da Villa, Green Hostel, Família Mergulho, Banana Bamboo Ecolodge, Integrale, O Limoeiro, Café Pagu, Natureza Urbana, Associação Agroecológica de Ubatuba, Fernando Toscano, Hostel da Vila, Ô de Casa Hostel, Engemast, Associação Cultural Raízes de Vila Nova, SESC Bertiooga e Urbanes; reforça que com a permissão de uso o PEIA poderá focar em outros programas de gestão, que o lado direito do prédio da Administração, a Casa Restinga e a Oficina do trator ficarão para a gestão do PEIA, pesquisadores e parceiros e que se prevê um espaço multiuso para monitores ambientais autônomos, Filhos da Ilha, comunidades locais e demais parceiros para divulgar roteiros do PEIA e de turismo de base comunitária em Ubatuba, sendo que a permissionária terá que direcionar a esse espaço as pessoas interessadas nesses serviços; acrescenta que pesquisadores continuarão com isenção de ingresso, com possibilidade de pernoite em leitos da gestão em caso de pesquisas aprovadas pela FF e com interface com o PEIA e de uso do lado





PARQUE ESTADUAL  
ILHA ANCHIETA

direito do prédio da Administração para trabalho; explicita que a monitoria ambiental em trilhas permanece com monitores autônomos cadastrados e que o transporte permanece com embarcações credenciadas no PEIA; explana que, após as considerações feitas no CC-PEIA, nas escutas de mercado e internamente na FF, se decidiu avaliar a divisão da permissão de uso em duas para facilitar a participação de interessados locais e regionais nas licitações, mas com possibilidade de que os interessados concorram em ambas, que ocorrerão ao mesmo tempo; explica que a permissão da hospedagem inclui também recepção e orientação dos visitantes, controle de visitação nas praias do Sul e do Leste, venda de ingressos, serviços de hospedagem, loja de souvenir, locação de espaço para eventos e ensaios, além de aluguel de equipamentos náuticos, em que se questionou sobre esse item ter uma permissão própria, mas não houve feedback para isso; e cita as edificações voltadas à permissão da alimentação, como Casa de Vidro, um galpão ao lado do espaço multiuso, Capela, Centro de Visitantes, antigo Hospital, antiga Escolinha, ruínas, sanitários e parquinho. Maria Estela (NNP-FF) comenta sobre as contrapartidas da permissão da hospedagem: manutenção de todas as estruturas e áreas verdes do PEIA, com exceção das previstas para a permissão da alimentação, realização de eventos anuais que valorizam a história da Ilha e do PEIA, destinação de edificação a ser espaço multiuso para parceiros do PEIA e disponibilização das hospedarias por ao menos 15 dias não consecutivos por ano, fora da temporada e de feriados, para a FF utilizar em programa de educação ambiental ou cursos; discorre sobre as obrigações da permissão da hospedagem: atendimento às exigências legais e à capacidade de suporte do PEIA, monitoramento de impactos da visitação conforme manual da FF, venda de souvenirs que representem Mata Atlântica, PEIA, FF, artesanato local e a história da ilha Anchieta, apresentação de plano de gerenciamento de riscos e contingências para eventos e de gerenciamento de resíduos sólidos, protocolos de higienização, fornecimento de água potável, venda de ingressos online e físico e manutenção de áreas verdes. Priscila Saviolo (gestora PEIA) fala que a permissão da alimentação contará com ao menos um ponto ao longo do ano, com possibilidade de atendimento na praia do Sapateiro e nas embarcações, kits para lanche, trilha, piquenique e churrasco, e locação de quiosques com churrasqueiras, e cita as edificações para a permissão da alimentação: Casa do Diretor, inclusive a mini estação de tratamento de efluentes conectada com essa casa, além da área dos quiosques, Ranchão e lanchonete. Maria Estela (NNP-FF) assinala as contrapartidas da permissão da alimentação: disponibilização de alimentação gratuita para participantes dos programas da FF durante os 15 dias de disponibilização de hospedagem e para voluntários durante o Programa de Voluntariado; e aponta as obrigações da permissão da alimentação: cumprimento das obrigações legais, apresentação de plano de gerenciamento de riscos e contingências para eventos e de gerenciamento de resíduos sólidos, protocolos de higienização, fornecimento de água potável e uso de no mínimo 30% de produtos locais comprovados por licenças, notas fiscais ou pela Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura de Ubatuba; explica que as permissionárias terão que



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

atuar de forma alinhada com a gestão do PEIA, que realizará reuniões bimestrais e acompanhamento diário, e que elas terão que direcionar à gestão do PEIA os visitantes que descumprirem regras da unidade, e explica que o descumprimento do termo de permissão de uso por parte das permissionárias acarretará em sanções desde advertência até rescisão do contrato. Priscila Saviolo (gestora PEIA) reforça que as diretrizes e premissas já apresentadas anteriormente, como presença de pratos típicos e comunicação com a cadeia sustentável do município, na parte de alimentação, e de trazer atributos da Mata Atlântica na decoração, na parte de hospedagem, estão mantidas e não foram apresentadas porque o foco da reunião é informar o atual status do projeto, mas afirma que o conteúdo do projeto vai ser apresentado de forma minuciosa na consulta pública. Maria Estela (NNP-FF) recorda que o SESC de Bertiooga contribuiu bastante na parte sobre resíduos sólidos, e que há obrigações como produção zero de plásticos, inclusive garrafa pet, proibição de uso de papel nas bandejas para evitar lixo desnecessário, descarte adequado de óleo, atendimento às políticas sobre resíduos sólidos em nível municipal, estadual e federal, identificação dos pontos de geração de resíduos, lixeiras com travas para evitar acesso de animais, acondicionamento do resíduo em locais adequados até o transporte para o continente e priorização de cooperativas locais para descarte desses resíduos; por fim menciona que Rodrigo Levkovicz (DE-FF) esteve em reunião com a PGE quanto ao trabalho em um modelo inovador da outorga. Rodrigo Levkovicz (DE-FF) relembra que com o projeto de permissão de uso a FF não visa lucro, mas sim um bom serviço sendo prestado aos visitantes do PEIA; comenta que a licitação tem critério de preço com vitória por maior outorga e que, pelo fato de alguns serviços terem ficado de fora da modelagem econômico financeira, como manutenção das áreas de banho e das pontes pênsis nas trilhas, se pensa em um modelo para que o valor da outorga oferecido em dinheiro pelo concorrente seja transformado em serviços que a FF poderá escolher; diz que esse modelo foi sinalizado como muito possível pela PGE e que é inovador por transformar dinheiro em serviços, por possibilitar a inclusão de mais serviços e por dar mais viabilidade à participação de pessoas de Ubatuba que eventualmente não possuam um grande aporte de recursos. Diego Hernandez (DLN-FF) diz que o pior tipo de plástico é o de uso único e o que é segmentado durante o uso e que se busca coibir esse problema; afirma que o projeto possui uma atratividade comprovada pelas participações nas escutas de mercado, que mostraram que o olhar de interesse se dá especificamente sobre cada serviço, e considera interessante ter um serviço executado com qualidade por uma empresa com dedicação específica para o serviço desejado. Luciana Dorta (AARCCA) fala que a AARCCA, com outras instituições, escreveu uma carta com opiniões a respeito, nada distante do que foi falado, e questiona sobre o protocolo para encaminhar a carta. Priscila Saviolo (gestora PEIA) responde que pode ser protocolado no Escritório Regional da FF, por e-mail ou talvez no e-ambiente. Maria Estela (NNP-FF) fala que desconhece alguma forma pelo e-ambiente. Luciana Dorta (AARCCA) diz que a carta será finalizada e será encaminhada por e-mail. Priscila Saviolo (gestora PEIA)





PARQUE ESTADUAL  
ILHA ANCHIETA

disponibiliza o e-mail institucional dela e do PEIA. Leandro Caetano (GLN-FF) recorda que o SESC Bertioga contribuiu bastante, mas agradece ao SESC São Paulo pelo apoio e acrescenta que alguns interessados, por terem que contratar funcionários que poderão ficar ociosos em dias sem visita, perguntaram se poderiam pagar o PEIA com serviços realizados por esses funcionários, e considera isso como uma enorme evolução. Priscila Saviolo (gestora PEIA) pergunta se há mais alguma colocação sobre a permissão de uso, e não houve manifestação, e entra no informe sobre o projeto de criação da nova UC marinha no entorno do PEIA contando que em junho/2021 houve conversa com SMMA e Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, além de reuniões com CC-PEIA e Colônia de Pescadores Z-10, em julho/2021 teve reuniões com o setor de pesca no Píer Saco da Ribeira e na Barra dos Pescadores, com a presença da APAMLN, além de reunião presencial com ATNU e reuniões virtuais com AARCCA e ANUBA, em agosto/2021 há reunião virtual prevista com CMMA e Conselho Municipal de Turismo e outra com ICMBIO para discutir a sobreposição das unidades, e reunião presencial com operadores de charter, com a Associação de Turismo Náutico do Itaguá e possivelmente com o setor de pesca novamente, e previsão da audiência pública no fim do mês, e reforça que está à disposição para realizar mais reuniões. Luciana Dorta (AARCCA) manifesta interesse da AARCA em participar da reunião com o setor de pesca porque estão envolvidos, mesmo que sejam instituições diferentes. Priscila Saviolo (gestora PEIA) explica que geralmente a articulação com o setor de pesca é feita com Jerri Morais (Colônia de Pescadores Z-10) e que pode passar para ele fazer contato com a AARCCA, e lembra que a AARCCA também pode solicitar nova reunião. Rodrigo Levkovicz (DE-FF) explica que o grande objetivo é olhar para o oceano e as oportunidades de geração de riqueza com essa marca, dentro da Década dos Oceanos; explana que a criação de uma UC vem com mecanismos econômicos de apoio para as atividades realizadas, como os pagamentos por serviços ambientais (PSA) e outras práticas ambientais sustentáveis, que considera o futuro da gestão das UC, e que já são realidade em algumas UC e para proprietários rurais no entorno delas, além de estarem sendo finalizados PSA para produtores de juçara e para pescadores artesanais retirarem lixo do mares; destaca a importância da comunicação para ter uma projeção internacional, considerando que as baleias e as toninhas estão retornando ao litoral paulista que o entorno marinho do PEIA é um importante ponto de renovação dos estoques pesqueiros, e que há condições para levar isso para o mundo e ter pagamento em dólar; pontua que hoje não há mecanismo de injetar recurso, mas que o parque marinho facilita obter recurso para ações como controle do coral sol, capacitação de pessoas e fiscalização junto com Marinha e Polícia Militar Ambiental, sem produzir novas restrições além das já existentes; reconhece que há temores por parte das pessoas, mas lembra que quando teve o projeto que criou o MONA da Mantiqueira houve discussão com a sociedade e as atividades já executadas continuaram a acontecer conforme decreto, e as pessoas se sentiram seguras; finaliza dizendo para que as pessoas tragam suas preocupações para que elas sejam superadas e para todos pensarem na oportunidade de ter o Estado como parceiro financiando



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO



PARQUE ESTADUAL  
ILHA ANCHIETA

atividades importantes e sustentáveis. Priscila Saviolo (gestora PEIA) ressalta que isso é bastante falado nas reuniões, e entra no informe sobre o projeto de reflorestamento da Plantverd. Natália Hara (monitora PEIA) comenta que o Programa Nascentes une pessoas com interesse em restaurar áreas que necessitam de restauração ou de compensação e que nesse programa existe a ferramenta Ativo Verde, em que os projetos, ao serem aprovados, podem ser implantados ou comercializados; a seguir mostra um mapa com as áreas do PEIA disponíveis no Programa Nascentes, que somam 55,81 hectares, e a área sob interesse da empresa Plantverd. Priscila Saviolo (gestora PEIA) explica que assim que a FF aprovar o projeto a área solicitada fica bloqueada para a empresa. Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) pergunta se a Plantverd é uma empresa com um passivo a ser cumprido, afirma não ter entendido a parte sobre plantar para depois vender, questiona que no mapa apresentado boa parte da área sob interesse da Plantverd parece uma área florestada, e indaga sobre o objetivo dessas empresas. Priscila Saviolo (gestora PEIA) responde que o Programa Nascentes é estadual e inclui uma série de áreas no Estado, inclusive dentro das UC, e que as pessoas interessadas entram em contato e protocolam um projeto que precisa ser aprovado; explica que há dois tipos de interessados, os obrigados a fazer recomposição, como o caso da Petrobras e da Secretaria de Administração Penitenciária já apresentados em reuniões anteriores do CC-PEIA, e as empresas da área de reflorestamento, como a PlantVerd, que não são obrigadas a fazer reflorestamento, mas executam esses projetos e depois os vendem para interessados que são obrigados a realizá-los, e diz que isso é o Ativo Verde; acrescenta que a área sob interesse da PlantVerd possui trechos com vegetação mais rala que precisam ser reflorestados, e áreas mais florestadas que podem precisar de enriquecimento. Natalia Hara (monitora PEIA) pontua que na área sob interesse da PlantVerd se observa a grande quantidade de gleichenias que formam uma tampa e não deixa sementes de outras espécies germinarem, bambus que são exóticos e miconias que deixam o ambiente com pouquíssimas espécies, e que o projeto visa aumentar a quantidade de indivíduos e de espécies. Priscila Saviolo (gestora PEIA) recorda de um trabalho, talvez de 2011, da ESALQ, que trouxe a conclusão de que o PEIA necessita de projetos de enriquecimento e adensamento porque o ambiente por si só poderia estagnar a regeneração considerando a presença de animais e vegetais exóticos e outras questões. Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) pergunta se o salão do Centro de Visitantes onde existe a maquete ficará daquela forma ou terá outro uso no contexto da permissão de uso. Priscila Saviolo (gestora PEIA) responde que essa área fica para a permissionária com a ideia de que permaneça como Centro de Visitantes; pergunta se há mais alguma questão e não houve manifestação; lembra que em breve vai ser aberto o período de consulta pública sobre a permissão de uso e vai ser aberta a audiência pública sobre a criação da nova UC marinha no entorno do PEIA. Leandro Caetano (GLN-FF) ressalta a necessidade de movimentar mais pessoas para alcançar um número maior de interessados em Ubatuba que se enquadrem dentro dos critérios para que sejam contempladas, porque o Estado tem um limite até onde pode ir; recorda que



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO



PARQUE ESTADUAL  
ILHA ANCHIETA

houve questionamentos sobre o obstáculo de fazer associação com alguém que não se conhece para fazer consórcio e que esse momento foi superado; e fala que a possibilidade de outorga revertida em serviços melhora a possibilidade de um concorrente local participar. Diego Hernandez (DLN-FF) acredita que a solidez do processo está em trazer e retornar diversas vezes e estar aberto a contribuições para tornar o modelo atraente e benéfico para o PEIA; aponta que com um único contrato de permissão a gestão fica mais simples, mas que a mudança para dois contratos foi feita, embora dê mais trabalho, para dar mais qualidade ao serviço; e assinala que mesmo fora das reuniões do CC-PEIA as pessoas podem procurar a FF para fazer apontamentos. Helena Sanchez (AARCCA) manifesta interesse em pontuar à FF o que será destinado às comunidades tradicionais. Leandro Caetano (GLN-FF) afirma que a FF está aberta e que se dispõe a discutir. Priscila Saviolo (gestora PEIA) agradece pelas presenças e pelas colocações e encerra a reunião.



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO